

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Malerba, Jurandir

ESTRUTURA, ESTRUTURALISMO E HISTÓRIA ESTRUTURAL

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
12, núm. 1, 2008, pp. 19-55

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526871001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESTRUTURA, ESTRUTURALISMO E HISTÓRIA ESTRUTURAL

*Jurandir Malerba**

Resumo. Este ensaio se insere numa reflexão mais ampla que procura estabelecer as relações conceituais entre alguns fundamentos do conhecimento histórico, como acontecimento, estrutura, sujeito, processo, tempo, memória e narrativa. Aqui, especificamente, busca-se retomar o conceito de estrutura a partir do cotejamento entre “estruturalismo” e “história estrutural”. Discute-se a explosão do Estruturalismo, os fundamentos e filiações intelectuais da Antropologia Estrutural, os impactos epistemológicos do estruturalismo nas Ciências Humanas e as características da historiografia estrutural.

Palavras-chave: Estruturalismo; História estrutural; historiografia contemporânea; história dos conceitos; século XIX.

STRUCTURE, STRUCTURALISM AND STRUCTURAL HISTORY

Abstract. This essay is inserted in a broader reflection, which aims to establish the conceptual relations between some fundamentals of historical knowledge, such as happenings, structure, subject, process, time, memory and narrative. This work, specifically, seeks to retake the concept of structure based on the conciliation of “structuralism” and “structural history”. The work discusses the popularization of Structuralism, the fundamentals and intellectual filiations of Structural Anthropology, the epistemological impacts of structuralism on the Human Sciences and the characteristics of structural historiography.

Keywords: Structuralism; Structural History; contemporary historiography; history of concepts; 19th century.

ESTRUCTURA, ESTRUCTURALISMO E HISTORIA ESTRUTURAL

Resumen. Este ensayo se inserta en una reflexión más amplia que procura establecer las relaciones conceptuales entre algunos fundamentos del

* Professor da PUCRS. jurandir.malerba@pucrs.br.

conocimiento histórico, tales como acontecimiento, estructura, sujeto, proceso, tiempo, memoria y narrativa. Específicamente, aquí se busca retomar el concepto de estructura a partir del cotejo entre “estructuralismo” e “historia natural”. Se discute la explosión del Estructuralismo, los fundamentos las raíces intelectuales de la Antropología Estructural, los impactos epistemológicos del estructuralismo en las Ciencias Humanas y las características de la historiografía estructural.

Palabras clave: Estructuralismo; Historia estructural; historiografía contemporánea; historia de los conceptos; siglo XIX.

Em três momentos diferentes procurei acrescentar elementos à discussão de três conceitos que, creio, contam entre os nucleares da teoria da história, a saber: **acontecimento, estrutura e narrativa**. São questões **esfíngicas**, às quais se aderem pelo menos outras três tão conexas que com elas se confundem: **tempo, sujeito, causalidade**. Em nenhum daqueles esforços de reflexão - vale registrar - minha intenção foi buscar respostas definitivas, já que o próprio estudo desses conceitos mostra que eles possuem sua historicidade, que foram pensados e aplicados de modos diferentes a cada geração. Por outro lado, sua interface é flagrante, no sentido de que se trata de perspectivas de um mesmo grande problema: o conhecimento da história.

Se as esfinges nos lançam o desafio, não vale a pena nem correr: estamos devorados. Mas poderemos ter um porto seguro para nossa partida se compreendermos desde já que se trata de conceitos organicamente conectados, quando não da mesma questão observada de ângulos diferentes, com ênfases diferentes. Já por hábito de nosso pensamento, que tem a tendência de construir conceitos a partir de polarizações binárias, sempre tendemos a pensar, por exemplo, o acontecimento **em oposição** a algo: a estrutura, a processo, a sujeito; assim também com cada um deles.¹

¹ Muitos estudos em Psicologia Social têm se dedicado ao fenômeno da tendência dos seres humanos em dicotomizar o mundo em polaridades, hábito tão antigo como a própria humanidade e que parece ter a ver com alguma característica fisiológica do córtex cerebral. Talvez venha daí a grande polaridade epistemológica que produziu realistas e anti-realistas epistemológicos desde o problema fundador do *Cogito ergo sum*, de Descartes: aqueles que propuseram uma equação gnosiológica fundada na existência de um sujeito cognoscente que se depara com um mundo real, exterior a ele, o qual este sujeito pretende conhecer; e aqueles que sustentaram proposição diferente, baseada na dúvida insuperável quanto à existência de um **mundo exterior**. Abordo este problema nos ensaios mencionados na nota 1. O fenômeno parece estar ligado à dificuldade que os pensadores tiveram até hoje em conceptualizar os processos gnosiológicos em

Aqui como lá, procurei sempre pensar não em oposições, mas nas **relações** que os ligam e os separam entre si, de acordo com os movimentos teóricos e/ou correntes de reflexão histórica específicas. Por outro lado, fique evidenciado desde já que nunca foi minha a pretensão de apresentar uma história desses conceitos, como exigiria Koselleck (1993), por exemplo: sua evolução semântica através dos tempos. Os autores que eventualmente evocarai terão o papel de ilustrar posições, tendências, concepções.

Um exercício no qual se procurasse evidenciar as relações entre aqueles conceitos-chave, particularmente os três primeiros (acontecimento, estrutura, narrativa), poderia permitir partir de qualquer ponto para chegar a qualquer outro. Estamos lidando com conceitos estreitamente articulados. Tendo já tornado públicos meus esforços de reflexão a partir das perspectivas do acontecimento e da narrativa (e/ou da historiografia)², procurarei, a seguir, resgatar a mencionada articulação teórica entre esses conceitos partindo da questão das estruturas em história. Antes, não será demais enfatizar dois pontos – ou propósitos – recônditos que guarda esta empreitada. O primeiro é o caráter propositalmente didático deste texto, isso porque - segundo ponto - muitas das discussões centrais em pauta nos dias correntes, sobre a emergência de importantes correntes filosóficas e historiográficas anti-realistas (no sentido da negação do realismo epistemológico) e narrativistas guarda estreita relação genética com o advento do movimento estruturalista e, *moto continuo*, do pós-estruturalismo que o sucedeu e cujos pressupostos radicalizou.

Destarte, o que centralmente me interessa aqui é buscar resgatar o conceito de estrutura, pois seu surgimento e difusão por todas as ciências sociais, desde meados do século XX, continuam pautando, saibam os historiadores ou não, as mais antagônicas percepções hoje correntes do que seja e de como se deva fazer história. Um bom ponto de partida pode ser diferenciar **estruturalismo** e **história estrutural**. O segundo, que é filha bastarda do primeiro, surgiu como que para enfrentá-lo e acabou

termos processuais. A crítica mais conseqüente a esse vício que domina todo o conhecimento moderno foi finamente elaborada por Norbert Elias. Cf. demonstra sua vasta obra, principalmente Elias (1971a, 1971b) ver Malerba, (2000). Uma tentativa bem realizada de elaborar os fundamentos de uma epistemologia das representações sociais, que discute o problema das polaridades, encontra-se em Markowá (1996); também Cardoso e Malerba (2000).

² Cf. Malerba (2002, 2006 e 2007).

curvando-se a ele. O primeiro, eu vou evocar apenas na medida da necessidade, para dizer que não avançaremos muito se nos deixarmos enveredar pelos descaminhos estruturalistas. Trabalhando no plano do realismo, posso ficar na constatação e nos esforços da historiografia para a construção de uma história estrutural. Projeto antigo, de mais de cem anos, pretendeu ultrapassar os limites da história *événementielle*, dos sujeitos oniscientes, senhores de seu destino, o âmbito da consciência e da vontade individual como motores da história, para fixar-se nas estruturas sociais, aquelas realidades subjacentes, invisíveis aos atores históricos, que, no entanto, encerram seus limites de ação.

A linha de raciocínio é a que segue: começamos com uma sumária contextualização da eclosão do Estruturalismo; continuo por indagar sobre os fundamentos e filiações intelectuais da Antropologia Estrutural e quais os impactos epistemológicos do estruturalismo nas Ciências Humanas; em seguida, apresento uma distinção conceitual entre estruturalismo e história estrutural, verticalizando questões centrais desta última, como duração e mudança. Nas considerações finais, retomo, puxado pela mão de R. Koselleck, a articulação conceitual íntima entre **acontecimento, estrutura e narrativa**.

Tendo como fim expresso contestar os postulados apodícticos pós-modernos mais radicais, segundo os quais nada há além ou aquém do texto e acontecimentos ou estruturas são nada mais ou menos que construções narrativas regidas pelas leis da linguagem, para começar o debate, lanço ao papel algumas frases soltas e deliberadamente provocadoras, acerca das relações entre acontecimento(s) e estrutura(s):

1. A estrutura é um acontecimento na longa duração.
2. As estruturas são ordens de acontecimentos de natureza e duração diversas.
3. O acontecimento é uma trama narrativa constituída de ordens de estruturas de natureza diversa.
4. Portanto, acontecimentos e estruturas não se constituem em entidades ontológicas, já que o mundo real, que existe, é um caos.
5. Acontecimentos e estruturas pertencem ambos ao mesmo plano existencial conceitual; mas conceitos não são arbitrários; antes, é o **mundo real** que desenha os instrumentos gnosiológicos por meio dos quais os homens põem-se a conhecer esse mesmo mundo, expressando-o em formas narrativas chamadas historiografia.

A explosão do Estruturalismo chamusca a história

Sobre o estruturalismo, pouco se pode acrescentar ao que fez François Dosse ao historiar esse movimento intelectual, que, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, espalhou-se por todas as ciências humanas, a partir da Antropologia, afetando de maneira incontestável a disciplina histórica. Com o fim da II Grande Guerra, assiste-se a uma mudança da balança de poder mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética, como aconteceu no pós- I Guerra, marcada pelo declínio da hegemonia européia e por convulsões sociais no Terceiro Mundo. A esse movimento não o discurso do historiador fundamentado no Estado-Nação, na vocação européia para a missão de civilizadora universal.³

Os anos posteriores ao advento da **cortina de ferro** marcam também a culminação do questionamento do **sentido do progresso**⁴ – filho temporário do Iluminismo nutrido no século XIX pelo desenvolvimento da ciência –, em que a bomba atômica é o símbolo maior de que o avanço tecnológico não era sinônimo de progresso civilizacional. Estamos em um período marcado pela revolução tecnológica, a internacionalização da economia e a disseminação dos meios de comunicação de massa. Esse novo contexto internacional é logo assimilado pelas demais ciências sociais, mas a história demora um pouco mais para assimilá-lo.⁵

Nessa conjuntura do pós-guerra ocorre a explosão das Ciências Sociais, sob a batuta dos norte-americanos e o patrocínio da UNESCO, que capitaneiam a reconstrução do mundo — leia-se, da Europa destruída pela guerra. Sob orientação norte-americana, as ciências sociais passam a ser **aplicadas**, o que significa: postas a serviço do planejamento e da racionalização da sociedade. Concomitantemente, projetos de envergadura mundial são financiados por órgãos internacionais, facilitando o surgimento de novos centros de pesquisa e divulgação do conhecimento.

Esse quadrante coincide com o auge dos movimentos de descolonização, quando explode o estruturalismo como a manifestação

³ Em *A história em migalhas* (DOSSE, 1989) e, sobretudo, em *História do estruturalismo* (DOSSE, 1993).

⁴ Sobre a idéia de progresso na filosofia da história, cf. o livro clássico de J. B. Bury (1920); para uma crítica contemporânea, cf. Callinicos (1995), particularmente capítulo 4, *History as progress* (p. 141 et seq.).

⁵ Todo esse movimento é exemplarmente descrito em Wallerstein (1996) e Iggers (1997).

explosiva de uma consciência etnológica que descobre **o outro**, o diverso, as outras civilizações afastadas no espaço, abalando a força do eurocentrismo; a história européia, tal como praticada por historiadores do *establishment* acadêmico da época, passa a ser recusada pelos intelectuais em favor de um olhar sobre o mundo mais espacial que temporal.

Com o retorno dos antropólogos, que estavam dispersos pela periferia do planeta estudando as **sociedades primitivas**, esse olhar que caça o **outro**, a alteridade, a diferença, direciona-se para o próprio umbigo da sociedade ocidental industrializada, facultando a descoberta de uma segunda Europa incrustada na Europa: à margem do mundo oficial, racional, domesticado, descobrem-se os marginalizados, o bizarro, o reprimido, o ágrafo, universos inscritos na memória popular. Como ensina Dosse (1989, *passim*), “Tudo se torna objeto de curiosidade para o historiador, que desloca seu olhar para as margens, para o avesso dos valores estabelecidos, para os loucos, as feiticeiras, os transgressores, dentro de um presente imóvel [...]”.

Com a crise da idéia de progresso detonada em Hiroshima, assiste-se ao retorno a civilizações anteriores à industrialização, sintoma de uma resistência ao movimento, à mudança, à transformação. O devir cede espaço à permanência, à continuidade. Eclode, após os desdobramentos do estruturalismo nas décadas de 1950 e 1960, uma vigorosa história que adere à antropologia, quase que perdendo sua própria identidade disciplinar nesse cruzamento.

O fenômeno, essencialmente francês, foi percebido e saudado por um eminente quadro da nebulosa dos *Annales*, François Furet, em artigo publicado no n. 92 de *Preuves*, em fevereiro de 1967 — não por acaso, o mesmo ano de publicação do ensaio de Roland Barthes sobre *Le discours de l'Histoire*.⁶ Para Furet, havia chegado o momento da superação da concepção humanista e retrógrada da história linear, fundada na idéia da missão civilizadora que competia à Europa:

o intelectual francês] já compreende a si próprio, já se compreende cada vez mais como cidadão de um país que, apesar da retórica gaulista, já não tem o sentimento de fazer a história humana: esta França, expulsa da história, ‘aceita tanto melhor expulsar a história’. Pode deitar sobre o mundo um olhar que já não está velado pelo seu próprio exemplo e pela sua obsessão civilizadora: um olhar quase espacial, doravante cético sobre as

⁶ Reproduzido como *The discourse of history* (JENKINS, 1997).

‘lições’ e o ‘sentido’ da história. Desde o primeiro após-guerra, nos seus *Regard sur le monde actuel*, Valéry pressentira admiravelmente o fenômeno (FURET, 1967, p. 46 et seq.).

Antropologia Estrutural: fundamentos e filiações

Por trás de todo esse movimento, que remonta aos anos 1940 e 1950, sobressai a figura ímpar de Claude Levi-Strauss, intelectual de formação erudita e precoce, egresso de família abastada e de intelectuais. Nascido em 1908, aos 30 anos Levi-Strauss recebe convite para vir ao Brasil, como membro da missão francesa responsável pelo projeto de construção da Universidade de São Paulo.⁷ Nesse período, promove a expedição à terra dos índios nhambiquara, que resultará em seu célebre *Tristes trópicos* (1955); retorna à França um ano depois; porém, com a eclosão da guerra busca refúgio nos USA, onde conhece

Roman Jakobson, fonólogo que o inicia na obra de Fernand de Saussure e na lingüística estrutural. Desse encontro do antropólogo brilhante com a lingüística saussureana surge a antropologia estrutural.

Aquela irá posicionar-se francamente contra o empirismo e o funcionalismo vigentes na antropologia da época, de que são exemplos Malinowsky e Radcliffe-Brown, para situar-se abertamente a favor do relativismo cultural dos alemães -como Robert Lowie (1908), Alfred L. Kroeber (1901) e o grande mentor de ambos em Bekerley, o alemão Franz Boas: estes autores afirmavam a natureza inconsciente dos fenômenos culturais e a proposição das leis da linguagem no centro do entendimento das estruturas inconscientes.⁸

Em 1948 Levi-Strauss publica *Les structures elementaire de la parenté* e, no ano seguinte, sua tese complementar *La vie familiale et sociale des Nambikawara*, ambas com enorme recepção. Seu tema central era o incesto, entendido como uma invariante universal. (DOSSE 1989, *passim*) O método da antropologia estrutural criada por Levi-Strauss foi derivado da influência de Roman Jakobson e da fonologia.⁹ Esta se preocupa com

⁷ Sobre a passagem de Levi-Straus pelo Brasil, cf. Capelato, Glezer e Ferlini (1995) e Prado e Capelato (1989).

⁸ Ver Cole (1999); Lewis (2001, p. 447-467); Jacknis (2002, p. 520-532); Stocking Jr. (1966, p. 867-882).

⁹ Jakobson (1944, p. 188-195); Waugh e Monville-Bourston (1990); Costa Lima (1973, p. 395-450), particularmente o capítulo 4, *Os discursos de re-representação*.

ultrapassar os fenômenos lingüísticos conscientes, não se interessando por suas especificidades, mas tão-somente por suas **relações internas**. É pela fonologia de Jakobson que se introduz a noção de **sistema**, único modo por meio do qual se poderia aspirar à construção de leis gerais em ciências humanas. A lição que da fonologia toma Levi-Strauss para a antropologia é dupla: por um lado, seu objeto será a investigação das invariantes para além do universo de variedades estudadas, e por outro, a recusa de qualquer apelo à consciência do sujeito falante, ou seja, a preponderância dos fenômenos inconscientes da estrutura.¹⁰

Levi-Strauss assimila o corte saussuriano: a distinção entre significante e significado (som e conceito), atribuindo ao significante o lugar da estrutura e ao significado o do sentido. Incorpora totalmente a preponderância da sincronia própria da lingüística saussuriana, atrelando duradouramente a antropologia à lingüística (DOSSE, 1993, p. 65-70). Trata-se do efeito daquilo que Perry Anderson chamou de **exorbitação da linguagem** (ANDERSON, 1984).¹¹ De acordo com Anderson, foi na lingüística que Saussure desenvolveu a oposição entre *langue* e *parole* (língua e fala), “o contraste entre a ordem sincrônica e a ordem diacrônica, e a noção de signo como unidade entre significante e significado, cuja relação com seu referente era essencialmente arbitrária ou não motivada, em qualquer língua dada” (ANDERSON, 1984, p. 78). Como lembra Peter Burke (2002, p. 154):

O modelo ou metáfora fundamental subjacente ao pensamento desses intelectuais era o modelo da sociedade ou da cultura como linguagem. Os teóricos da língua e da linguagem — Saussure, Jakobson, Hjelmslev — constituíram fonte de inspiração para essa abordagem ‘semiótica’ ou ‘semiológica’ de cultura como ‘sistema de signos’. A famosa distinção estabelecida por Saussure entre ‘langue’ (língua) — ‘os recursos de que dispõe a língua’ — e ‘parole’ (fala) — uma manifestação oral específica do usuário, selecionada com base nos recursos disponíveis na língua — foi generalizada, transformando-se em uma distinção entre ‘código’ e ‘mensagem’. O aspecto ressaltado por Saussure é que o significado da mensagem depende não (ou não somente) das intenções do indivíduo que

¹⁰ Conforme proposto no clássico estudo de Levi-Strauss (1955, p. 428-444). Ver também Chilcott (1998, p. 103-111).

¹¹ A radicalização da lingüística saussureana foi obra principalmente dos pós-estruturalistas. Ver Barthes (1985).

a transmite, mas das regras que constituem o código ou, em outras palavras, sua estrutura.

A partir de Levi-Strauss a interpretação do social seria o resultado de uma teoria da comunicação. A lingüística foi elevada a verdadeiro cânone dentro das ciências sociais e a Antropologia Estrutural à condição de responsável por sua enorme difusão. Enfim, de Jakobson, o instrumental saussuriano passou para Levi-Strauss, que o generalizou para o domínio antropológico, quando nasceu o estruturalismo como movimento. Levi-Strauss afirmou os sistemas de parentesco como **uma espécie de língua**, defendendo que as regras de casamento e os sistemas de parentesco constituíam um sistema estruturado e adequado, já que formavam “um conjunto de processos que permitem o estabelecimento de um certo tipo de comunicação entre os indivíduos e grupos” (Anderson, 1984, p. 47). A partir daí, foi um pequeno passo para esse entendimento migrar para outras esferas da atividade humana, como a economia, a psicanálise, a semiologia, etc.

Mas o que é o tal **corte saussuriano**? Em 1915, Fernand de Saussure, em seu livro póstumo *Curso de Lingüística Geral*, propõe o conceito de **signo arbitrário**: “a língua é um sistema de valores constituído não por conteúdos ou produtos de uma vivência, mas por diferenças puras” (SAUSSURE, 1969, passim). Trata-se de uma concepção de linguagem fundamentada no mais elevado grau de formalização, o que permitirá alçá-la doravante à condição de verdadeiro modelo das outras ciências sociais. Ela se assenta na crítica radical a toda interpretação histórica ou psicológica da língua, que deve ser entendida como uma partida de xadrez, onde um número finito de unidades de significação inatas aos seres humanos combina-se (no sentido matemático do termo) ao infinito, gerando as línguas conhecidas, históricas.¹² A proposição saussuriana marca a vitória da **sincronia**, que vai se constituir em fundamento das epistemes foucaultianas.

Outro ponto fundamental é o total deslocamento do **sujeito** do plano de análise: a lingüística só alcança o *status* de ciência se delimitar rigorosamente seu campo: **a língua**, desembaraçando-se totalmente dos resíduos da fala, do sujeito, da psicologia. O indivíduo é expulso da

¹² Concepção oposta à da teoria simbólica de Elias, fundada na experiência histórica do uso da língua como meio de comunicação e orientação dos seres humanos em sociedade. Cf. as obras de Elias (1971a e 1971b).

perspectiva científica saussuriana. É a propalada negação do homem, um dos esteios do pensamento pós-estruturalista.¹³

Impactos epistemológicos do estruturalismo nas Ciências Humanas

Não tenho a pretensão de sequer explorar as possibilidades de discussão nesse domínio, mas apenas de levantar uns pontos para balizar minha exposição. Dosse mostra em detalhe como, a partir do sucesso que obteve a difusão do estruturalismo, que decretou a ontologização da estrutura e a morte do sujeito, efetiva-se a sagração do estruturalismo no campo intelectual francês e mundial; como mostra também a consagração ecumênica da Antropologia estrutural, cuja ambição de hegemonia no campo intelectual francês quis fazer do historiador um **coletor** de dados, manipulador de um saber essencialmente ideográfico, servidor da Antropologia - esta, supostamente, a única empresa realmente nomotética, capaz da síntese que pode fazer passar o conhecimento do singular ao geral, do consciente ao inconsciente, através de um comportamento rigorosamente científico (DOSSE, 1993).¹⁴

Esse rebaixamento do historiador a coletor de fatos e a delegação do poder de síntese aos antropólogos foram respaldados até por historiadores célebres, como François Furet, para quem a história é a **perturbadora** da ciência, já que introduz desequilíbrios estruturais. Sincronia e diacronia não caberiam na mesma abordagem e impõe-se a divisão das tarefas entre historiadores e antropólogos. Mas há de haver o reconhecimento de uma hierarquia de funções:

Precisamos de etnólogos estruturalistas para a ordem, de historiadores para a desordem. O estudo das estruturas conserva um duplo privilégio, cronológico e lógico. Cronológico, visto ser pela sua descrição que é preciso começar. A atividade estruturalista tem por este fato uma inteira autonomia, e a recíproca não é verdadeira: o trabalho do historiador é dependente, ornamental, relegado de qualquer forma a um futuro distante. E lógico, portanto, ao contrário das estruturas, a

¹³ Terry Eagleton trata desse fenômeno intelectual da ascensão (e queda) do pós-modernismo, desdobramento do pós-estruturalismo, em vários de seus trabalhos, com ênfase em Eagleton (1996) e numa visão de maior angular em Eagleton (2005). Ver também Anderson (1998) e Poster (1997).

¹⁴ Ver também Ferry e Renault (1988, p. 125 et seq.).

história pulveriza a norma no acontecimento, racionaliza-se com grande dificuldade [...] (FURET, 1967, p. 50).

O alvo político é o humanismo marxista, identificado a Sartre e Simone de Beauvoir. Contra ele proclama-se a **ontologização da estrutura**: a negação de qualquer possibilidade de ação do homem, de intervenção direta na história, de construção da liberdade. Como diz Furet sobre a agressividade metodológica de Foucault, “os analistas da ‘dissolução’ do homem sucederam aos profetas do seu advento” (FURET, 1967, p. 51). No marxismo salve-se Althusser, que renegou o humanismo e aderiu à ilusão da ciência estrutural insípida. É a propalada **morte do sujeito**, o desafio ao humanismo sartreano, que ficou sem resposta. Junto com o homem, nega-se igualmente a própria história e qualquer forma de substancialismo ou de causalismo em proveito da noção de arbitrário.¹⁵

O programa foi lançado em 1966, com *As palavras e as coisas*, de Foucault, um verdadeiro fenômeno intelectual e editorial. Foucault é homem das descontinuidades, das rupturas, das epistemes. Nega o homem (o sujeito) e a história (a continuidade). A **morte do homem** tem fundamentação nietzsche-heideggeriana, baseada na rejeição radical do humanismo: o homem consciente, sujeito de sua história, desaparece: para Foucault, ele é criação da episteme do século XIX, criação recente e fadada a desaparecer. Como bem definiu Dosse, “Na esteria de Freud, que descobriu o inconsciente das práticas cotidianas do indivíduo, e de Levi-Strauss, que se liga às práticas inconscientes coletivas das sociedades, Foucault parte em busca do inconsciente das ciências que se crê habilitadas por nossas consciências” (1993, p. 169-186).¹⁶

Proclamam-se as **temporalidades múltiplas, descontínuas**: depois de descentrado o homem, Foucault volta-se contra a historicidade, contra o historicismo, a história como totalidade, como referente contínuo. A história foucaultinana não se atrela mais a uma evolução nem a um progresso, mas suas análises se apóiam nas múltiplas

¹⁵ Cf. nota anterior. Sobre o Sartre ver Poster (1976 e 1979); também Lichtheim (1963). O ataque de Althusser à *Crítica da razão dialética*, de Sartre, cf. Althusser (1976). Além de Dosse, um excelente livro sobre o marxismo de Althusser é o de Callinicos (1976).

¹⁶ Descombes (1993, p. 97-127). Três leituras de Foucault: Machado (1988); Megill (1987); Merquior (1985). Três leituras críticas de Foucault: Baudrillard (1984), Cardoso (1988) e Sahlins (2004).

transformações sincrônicas, na localização das **descontinuidades**, na superposição de *flashes* instantâneos que prescindem da idéia de devir, de história. Propõe romper radicalmente com as noções de **origens** e causalidade: tudo está no discurso, nas palavras que remetem a outras palavras. Aqui assenta sua proximidade ao estruturalismo, na valorização da esfera discursiva como independente de qualquer referente, o que permite, na dimensão sincrônica, encontrar coerência em discursos que têm em comum apenas serem simultâneos [...].

As críticas formuladas por inúmeros pensadores, marxistas ou não - como Luc Ferry e Alan Renault, Ciro Cardoso, Jean Baudrillard, Perry Anderson - convergem em grande parte para dois pontos: em primeiro lugar, ninguém conseguiu explicar até hoje, nem o próprio Foucault, como em seu pensamento se daria a passagem de uma episteme a outra; em segundo, se é dado para Foucault que todo discurso é enunciado em consonância com uma **episteme** e é instrumento de um jogo de poder, nem por isso o próprio deixou evidenciado a partir de qual episteme se enuncia o seu discurso – e a que posições/interesses serve.

Uma consequência fundamental a destacar dessa exorbitação da linguagem atrela-se ao problema da ruptura entre conhecimento e verdade, já que nenhum referente existiria fora do discurso. Tratei alhures dessa questão, que problematiza o estatuto da própria representação em história.¹⁷ Aqui, fique apenas registrado que, com a consagração do pós-estruturalismo, iniciava-se uma era de relativismo: não há mais história, mas apenas discursos historicamente localizáveis; abandona-se a transformação, a mudança, a diacronia, em favor das descontinuidades enigmáticas.

Estrutura e função

Antes de entrarmos na discussão da História estrutural, restam ainda algumas ponderações a serem feitas, concernentes a esse recuo estruturalista. Não será demasiado lembrar que a promulgação de uma história fixada nas invariâncias, nas permanências, nas resistências que aprisionam os homens sem que estes sequer tenham consciência de sua prisão, de seus limites estruturais de ação, funda-se num deslocamento: abandona-se o acontecimento em favor da estrutura; o homem em favor da circunstância.

¹⁷ Cf. Cardoso e Malerba (2000) e Malerba (2007).

Peter Burke lembra com didatismo os perigos contidos nesse conceito fundamental e aparentemente inofensivo da teoria social, que é o de **função social**, intimamente ligado ao de estrutura:

A função de cada uma das partes de uma *estrutura*, por definição, é manter o todo. ‘Mantê-lo’ significa conservá-lo em ‘equilíbrio’. O que faz a teoria tanto atraente quanto perigosa é o fato de que não se apresenta apenas como descritiva, mas também como explicativa. De acordo com os funcionalistas, a razão da existência de um determinado costume ou instituição reside justamente em sua contribuição ao equilíbrio social (BURKE, 2002, p. 145-180).

Depois de buscar definições clássicas do conceito de função na história e nas ciências sociais (Gibbon, Max Gluckman), Burke indica uma das razões da atração exercida pelo funcionalismo nos historiadores: sua propriedade de “compensar a tradicional inclinação dos historiadores a explicar o passado excessivamente em termos de intenções manifestas por indivíduos”(ibidem). E adverte sobre os perigos, para a história, de uma teoria do social que se funda na busca do equilíbrio, contra a mudança, entre os quais estão as tentações de negligenciar a mudança social, o conflito social e os motivos de natureza individual em favor das determinações impessoais, estruturais, pois “A análise funcional não se preocupa com pessoas, mas sim com estruturas” (BURKE 2002, p. 153); ou seja, é um tipo de abordagem do social que, ao depositar ênfase na função, no equilíbrio, no sistema, que desdenha da mudança, do conflito, da transformação, revela-se fortemente conservador, se não reacionário – ou seja, refratário à ação.

Quanto ao conceito de **estrutura**, Burke distingue três diferentes modalidades: 1) a abordagem marxista (fundada na metáfora arquitetônica da base-superestrutura); 2) a estrutural-funcionalista, que faz um uso mais genérico do conceito de estrutura, em referência a um complexo de instituições — família, Estado, sistema jurídico etc.; 3) e os **estruturalistas** (Levi-Strauss, Barthes e Foucault). O importante a destacar da análise de Burke é que ele diferencia **história estrutural** (aquela feita segundo o modelo de Marx ou de Braudel) de **história estruturalista**. Mas há o problema de que, dentro do conceito de estrutura do estruturalismo, permeia uma refração ao próprio conceito de história.

Saussure definiu sua posição por oposição aos lingüistas de sua época, cujo modelo de linguagem seguia uma vertente

evolucionária. ‘Ele inovou porque sugeriu que o estado de uma língua em determinado momento poderia ser explicado pela relação entre seus diferentes elementos, sem a necessidade de nenhuma referência ao passado’. O modelo de Saussure era de equilíbrio, que, deliberadamente, primava pela estrutura (o ‘sincrônico’) em detrimento da mudança (o ‘diacrônico’) (BURKE, 2002, p. 145-180).

Por certo que há inúmeros descontentes com as análises estruturalistas e os principais pontos de questionamento são afeitos à idéia de significado abstraído do contexto de espaço, tempo, falante, ouvinte e situação, além da inquietação com o determinismo estrutural. Sobretudo nos últimos anos, os sociólogos (como Giddens e Touraine, além de Bourdieu) reclamam trazer de volta à ação **os sujeitos** ou **atores sociais**.

Enfim, do que foi dito, não parecerá abusado dizer que a expressão **história estruturalista** praticamente constitui-se numa *contradictio in adjecto*, uma contradição em termos. Aqueles que inventaram o estruturalismo, como Levi-Strauss, ou depois radicalizaram-no e popularizaram-no, como Barthes, Foucault, Lacan e Derrida, visavam justamente eliminar a história. O que não significa que conseguiram, nem que nós, historiadores, possamos negligenciar ou evitar o termo. Afinal, a melhor história produzida no século XX foi a história estrutural, aquela que dialogou com e, num primeiro momento, mesmo se contrapôs ao estruturalismo, que recebeu muito de sua influência. Vejamos como historiadores sérios enfrentaram o desafio.

Estruturalismo e história estrutural

É sintomático que, no verbete **Estruturas**, um dos ensaios escritos para a Enciclopédia Einaude, o célebre historiador Krzysztof Pomian tenha se sentido compelido a prestar contas a toda a tradição estruturalista, de Saussure a Jakobson, Hjelmslev, Levi-Strauss, Chomsky e René Thom (POMIAN, 1990, p. 189 et seq.). Porém, para o analista, mesmo todas essas concepções seriam insatisfatórias para enunciar uma definição de estrutura. Elas partem da suposta equivalência entre **estrutura** e “conjunto de relações pensadas como lógicas, racionais, tais que se podem deduzir ou prever de antemão as transformações do conjunto, conhecendo-se a mudança de uma de suas componentes”. Tal entendimento opõe estrutura à substância, tal como se pensava no século XVII: uma “totalidade unitária que subsiste por si mesma”(p. 257 et seq.).

Seguindo o raciocínio de Pomian, em oposição à substância, a estrutura comportaria uma multiplicidade interna: como se trata de uma multiplicidade de relações, a estrutura é, em princípio, invariante por consideração a seu substrato, enquanto a substância se define, precisamente, como o substrato das relações-acidente (**pensamento, extensão, matéria** etc). Dito de outro modo, uma estrutura é pensável sem substrato algum, ao contrário das relações-acidente, estas, sim, impensáveis sem uma substância, da qual pode perfeitamente prescindir. É a partir desse entendimento de estrutura como multiplicidade de relações que prescinde de qualquer substrato, que se forjou a definição clássica de **estrutura** como **arquitetura, conceito puro**, no Estruturalismo:

[...] a partir do momento em que as pensamos, [a estruturas] se encarnam em configurações cerebrais ou vestígios materiais, daí se segue que todo objeto estável se compõe de um significante e um significado, um substrato e uma estrutura, um componente perceptível ou observável e um componente inteligível. Em outros termos, todo objeto se compõe de ‘matéria’ e ‘forma’ [...] Desta análise se depreende outra conclusão: o ‘Estruturalismo’ vai necessariamente unido a um ponto de vista ‘semiológico’, por mais que a recíproca não seja verdadeira; compreende-se então sua afinidade para o estudo da linguagem e fatos análogos (POMIAN, 1990, p. 257 ss).

A questão é como tornar inteligível a sucessão temporal, se o fluxo dos fenômenos não seria outra coisa senão uma série de acontecimentos, visto que, por definição, todo acontecimento é um fenômeno e todo fenômeno um acontecimento, no sentido de que corresponde a uma mudança que um espectador é capaz de perceber em seu campo visual (KOSELLECK, 1993). Segundo Pomian, o século XIX aceitou buscar a explicação da sucessão em entidades como **espírito, força, vida, éter, duração**, etc., conceitos que serviam como suporte a diferentes séries de acontecimentos psíquicos ou físicos. Enquanto um programa de investigação cujo fim precípua é o de oferecer uma teoria para qualquer objeto estudado pelas ciências humanas e sociais, o estruturalismo, a despeito de toda a sua diversidade matricial, teria feito

essa **passagem de nível**, superando o conceito de estrutura-substância para algo diverso.¹⁸

Com efeito, sua primeira exigência é a de abordar o objeto estudado não tanto como uma série de acontecimentos unidos por um suporte, um substrato ou algo que o valha, mas enquanto um sistema, entendido como conjunto de elementos em interação. Elementos, únicos, não reproduzíveis, são de pronto descartados. Apenas elementos repetitivos, recorrentes, permitem satisfazer à segunda exigência do programa estruturalista: demonstrar que o sistema comporta relações lógicas e interdependentes; em outros termos, que será dotado de uma estrutura, cuja descrição será a teoria do objeto estudado. Assim, na análise estruturalista, outros dois elementos vêm substituir o objeto, cujos estatutos ontológicos são diferentes entre si: palavra e língua (Saussure), sons e fonemas (Jakobson, Trubetzkoy), substância e forma (Hjelmslev), sistema de parentesco e suas estruturas elementares (Levi-Strauss), execução e competência (Chomsky), (POMIAN, 1990, p. 241).

Os primeiros termos desses pares — que Pomian denomina **realizações** — são acessíveis à experiência sensorial, à reconstrução ou à observação; nisto consiste sua realidade. Os demais termos, as estruturas, por definição não poderiam ser percebidos ou observados; atribui-se realidade a eles com base em demonstrações argumentativas. As relações entre **realizações** e **estruturas** são variáveis, mas serão sempre as últimas que tornam aquelas estáveis e inteligíveis. Daí uma definição mais satisfatória de estrutura como “conjunto de relações racionais e interdependentes cuja realidade se demonstrou e cuja descrição resultou numa teoria [...]” (POMIAN, 1990, p. 239).

Ou seja, as estruturas, para Pomian, são desprovidas de existência objetiva e só podem ser constatadas por derivações intelectuais.

As prisões do imóvel

Chegamos, enfim, ao que podemos chamar de história estrutural. Antes de seguirmos as melhores reflexões sobre o tema - feitas por Vilar, a partir da matriz inicial, e por Braudel - e as intervenções agudas de

¹⁸ Pomian resgata essa diversidade matricial do estruturalismo ao elencar suas fontes diversas: Saussure, Jakobson, Hjelmslev, Levi-Strauss, Chomsky e Thom, cujas posições vão da fenomenologia husserliana ao empirismo lógico e do neocartesianismo ao neoaristotelismo (POMIAN, 1990, p. 239).

Koselleck, vale a pena observar como a história estrutural é pensada por alguém que, como Pomian e praticamente todos os membros dos *Annales* da terceira geração, sofreu os efeitos da **revolução estruturalista**.

Tal revolução no campo da historiografia, lembra Pomian, foi marcada pela mudança do questionário, quando a história, aproximando-se das ciências sociais, voltou-se para problemas aos quais as respostas estariam nas fontes seriais, que remetem a “fatos não visíveis” (POMIAN, 1990, p. 50 et seq.).¹⁹ Seu pressuposto é o de que os produtos da história serial (evolução demográfica, flutuações dos preços, atitudes diante da morte, da sexualidade e do corpo, relações de dominação, variações climáticas etc.) são todos objetos reconstruídos, não visíveis, que remetem a estruturas — o oposto do que seriam os acontecimentos, visíveis a olho nu, acessíveis à consciência dos que deles participam. Ora, o pressuposto donde parte Pomian, de qualquer modo, é falso, pois uns e outros são reconstruções, e tanto as estruturas quanto os acontecimentos, nesse sentido, pertencem ao campo do **invisível**. A seriação e a utilização do **tempo largo** teriam permitido ao historiador voltar-se a objetos que não se dão à percepção imediatamente na experiência vivida: a invariância e os fatores que a mantêm, ou, num segundo caso, as oscilações e seus mecanismos subjacentes - portanto, estruturas e conjunturas. Os acontecimentos, a partir dessa ótica de Pomian, não seriam mais do que **pontos na curva**, mas, mesmo nesse emprego, o termo se alinharia a uma acepção nova [...] Pomian quer atribuir um novo significado a acontecimento, como *intermezzo* entre estruturas, o ponto de superação de uma estrutura a outra: o acontecimento como revolução, como ruptura...

Mas as definições de uma História estrutural como apologia da imobilidade, em Pomian, encontram-se mesmo em outro trabalho. Refiro-me a sua contribuição à coletânea organizada por Le Goff, um texto confuso, em que o autor se perde numa viagem historiográfica um pouco inconseqüente e demasiado provinciana, sem colocar o problema dentro de uma equação mais adequada (POMIAN, 1993, p. 98 et seq.). Tanto é assim que começa o artigo depois de citar a definição clássica de Braudel — o que permite supor que ele a toma como pressuposto —, com um exemplo: o conceito de estrutura tal como construído na obra de Pierre Toubert sobre *As estruturas do Lácio medieval*. Numa discussão que se supõe eminentemente conceitual, o autor parte diretamente do caso empírico [...] Constata, como desejará demonstrar, que “os historiadores

¹⁹ Ver também Reis (1994 e 1996) e Aguirre Rojas (2004).

abandonaram os acontecimentos em favor das estruturas” (POMIAN 1993, p. 98 ss). Ora, não parece o caso de se optar por um em detrimento do outro. A definição de estruturas ele a tentará oferecer a partir da obra de Toubert.

Destaquemos apenas alguns aspectos de seu conceito de estrutura, que nos parecem relevantes porque típicos de toda uma concepção de história. Segundo Pomian, estrutura define-se:

- a) na longa duração, como um elemento invariante ao longo de séculos.
- b) em limites geográficos/naturais: além de impor um caráter repetitivo às atividades humanas, a estrutura fixa limites ao crescimento demográfico e ao aumento da produção agrícola, isto é, às flutuações conjunturais.
- c) como imobilidade:

A descrição de uma estrutura desemboca numa história que poderíamos chamar de interna e que, devido à estabilidade da própria estrutura, se caracteriza por uma ‘grande lentidão, por uma quase imobilidade’. Todavia, essa não é a única história que encontramos no livro de Pierre Toubert. Nele também temos a história de várias outras estruturas, cuja evolução é mais rápida; cada uma delas, aliás, tem seu próprio ritmo [...] (POMIAN, 1993, p. 100, grifo do autor).

Sutilmente, Pomian elege Febvre como precursor de Braudel. Para Febvre, os acontecimentos não interessam em si, mas como elementos de uma série. Embora não utilize os termos **acontecimento** e **estrutura**, a oposição entre os dois está sempre presente em sua obra.²⁰ Um aspecto marcante da análise de Pomian consiste em sua fragilidade conceitual, talvez originária da mesma dubiedade que encontramos em sua matriz, Braudel, já criticada por muitos autores. Pomian identifica **estrutura** com **longa duração** e **acontecimento** com **tempo curto** (ou breve):

[...] eles [os conceitos ‘acontecimento’ e ‘estrutura’] não parecem trair o pensamento de Lucien Febvre, que consagra a primeira parte de seu livro ao ‘meio geográfico’, para utilizar a linguagem da época, e às instituições políticas, reservando a segunda ao conflito entre a nobreza e a burguesia, como se estivesse consciente de que ‘todos esses fenômenos prendem-se à longa

²⁰ Para uma excelente abordagem da obra de Febvre, Cordeiro Junior (2000). Também Mann (1971); Mastrogregori (1987); Mozaré (1957).

duracão, enquanto aqueles de que trata mais tarde situam-se num tempo curto' (POMIAN, 1993, p. 103, grifo do autor).

Assim, segundo Pomian, os historiadores mudaram seu questionário, interessando-se agora prioritariamente por outros assuntos:

[...] aquilo que se repete, pelo que retorna de forma periódica, até mesmo pelo que permanece constante, ou quase, durante um longo intervalo temporal. Assim, o olhar se desloca para do excepcional para o regular, do extraordinário para o cotidiano, de fatos singulares para os que aparecem em massa [...] (POMIAN 1993, p. 105 e 106).

Essa guinada levou ao abandono de objetos consagrados (como a história política) e à eleição de novos temas e documentos no fazer-história. Contudo, Pomian faz uma distinção do tipo de história proposto por Labrousse e daquele proposto Braudel, este o grande modelo de história estrutural que deveria ser copiado. A história de Braudel centra-se no estudo das **repetições**; é uma história econômica e social, mas também geográfica, demográfica, cultural, política, religiosa, militar. Mais do que com curvas e ciclos ou com acontecimentos singulares, a história de Braudel invade tudo, cobrindo longos espaços e intervalos temporais. A história de Braudel está arraigada no meio natural, o mar, o clima, o mundo sem fronteiras, etc. Faz, então, a exegese da obra em três tempos: estrutura, conjunturas, acontecimentos, como Paul Ricouer fez depois, em amior profundidade.

As características da história estrutural

Para chegarmos a uma discussão produtiva sobre a história estrutural, um bom caminho será acompanhar as reflexões de Pierre Vilar em torno do conceito de estrutura. Vilar define a investigação histórica como “investigação dos mecanismos que vinculam a sucessão dos acontecimentos à dinâmica das estruturas — estruturas dos fatos sociais, é óbvio” (VILAR, 1985, p. 49 et seq.).

Mas, o que se entender por **estrutura**? Vilar enfatiza sua distância em relação ao conceito de **estrutura** tal como proposto pelo Estruturalismo: como um equivocado novo método de análise científica, que procurou reduzir todas as coisas a astúcias da linguagem. Por esse motivo Levi-Strauss foi procurar construir seu campo de investigação na antropologia, do que se chama a **história estacionária** das sociedades

frias, em vez de fazê-lo no da história **quente**. Tal opção levou-o a buscar construir uma **ciência do homem** que prescindia de fenômenos históricos para apoiar-se na estabilidade, na permanência, na sincronia. O problema está em que a grande questão existencial do ser humano é buscar alcançar uma consciência de si, que é precipuamente uma consciência da historicidade do mundo e do próprio indivíduo, consciência fundada no *dever*, na diacronia, no desenvolvimento histórico (VILAR, 1985).²¹

Para resgatar as origens e utilizações da palavra **estrutura**, Vilar parte da etimologia da palavra latina, que vem do verbo *struere*, que significa **construir**. A imagem preferida é a de um edifício, com seu plano, altura, volume, suas diferentes funções. Seriam dois os perigos iniciais da palavra: primeiro, a sugestão de que algo fora **construído** por um suposto **arquiteto**, o que não deixa de ter um fundamento metafísico ou mesmo teológico; e segundo: a idéia de que uma estrutura seja algo harmonioso, em equilíbrio, um objeto estático, **acabado**, como vimos na crítica ao funcionalismo feita por Burke. Outro entendimento possível da palavra é como **modelo**, ou seja, algo que, a partir de nossa observação, permite reproduzir o maior número possível de características do objeto ou dos seus traços fundamentais.

No que tange às ciências sociais, Vilar se reporta às célebres referências de Marx à palavra estrutura contidas na famosa passagem da introdução à *Crítica da Economia Política*:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações de produção determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; estas relações de produção correspondem a um dado grau de desenvolvimento das respectivas forças materiais. O conjunto dessas relações materiais constitui a estrutura econômica da sociedade [...] (apud VILAR, 1985, p. 51).

²¹ Autores de orientações as mais diversas como Agnes Heller, Reinhardt Koselleck ou Jörn Rüsen, concordam que a consciência histórica nasce a partir da experiência que os seres humanos têm do tempo. Para Agnes Heller (1997, p. 185) em filosofia da história os valores supremos são a verdade da “existência humana como historicidade”, isto é, de nossa “existência histórica”, de modo que o sentido da existência humana se concebe como o sentido da existência eminentemente histórica. Para Rüsen (2001, p. 54 e 129), a consciência histórica é o modo pelo qual a relação dinâmica entre “experiência do tempo e intenção do tempo” se realiza no processo da vida humana. Ou seja, a consciência histórica é modo como o homem constitui de sentido sua experiência do tempo.

Vilar esclarece que, aqui, Marx ainda está trabalhando com imagens, com metáforas, querendo indicar ao mesmo tempo o caráter **natural**, necessário, da sociedade civil, e a imagem arquitetônica, das estruturas econômicas como fundamentos reais sobre os quais se elevariam as superestruturas jurídicas e políticas e as respectivas formas de consciência. Será apenas em *O capital* que Marx irá demonstrar, “por meio da construção de um mecanismo abstrato de funcionamento, o que entendera por ‘estrutura econômica da sociedade’” (VILAR, 1985, p. 51 ss).

A utilização científica da palavra **estrutura** pode ser muito elucidativa do modo pelo qual foi assimilada tanto pelos estruturalistas quanto pelos **Historiadores estruturais**. Como enuncia Vilar (1985, p. 52),

[...] em matemática todos os conjuntos são sólidos e coerentes (e por esta razão, nas outras ciências, procurar as ‘estruturas’ equivale a dar uma expressão matemática a um conjunto). As imagens são as mesmas que as da linguagem comum: ‘armação’, ‘princípio’, ‘esquema’, ‘padrão’ — mas tais palavras introduzem um matiz importante: trata-se não tanto de um “edifício” acabado como de um princípio ‘oculto’, ‘interior’, da construção.

Já nas Ciências naturais,

[...] a noção de estrutura emprega-se cada vez mais: estrutura da matéria, do átomo, da célula etc. Mas, neste caso, como nos modelos das estruturas químicas em forma de balões ou bastões, tratam-se de representações que permitem definir uma realidade através de posições, de proporções, das relações. Fica patente a dimensão espacial do conceito de estrutura nas CN (VILAR, 1985, p. 53).

Em Ciências Humanas, como vimos acima, foi a lingüística que forneceu o modelo das investigações, ora decompondo a língua em elementos cada vez mais simples (fonemas, semantemas, unidades de sintaxe) e definindo as leis que regem suas relações, ora formalizando os **sistemas** de uma língua em caracteres distintivos que se condicionam mutuamente, de modo a privilegiar a sincronicidade e a permanência como fundamentos da língua — fundamentos que foram elevados, com o pós-estruturalismo, a princípios explicativos de todo e qualquer aspecto da vida humana.

A partir daí, como também demonstraram posteriormente François Dosse, Terry Eagleton e Perry Anderson, entre outros, as demais ciências sociais copiaram o exemplo da lingüística, como se todas elas (a psicologia, a etnologia, a economia, a sociologia) tivessem que ser subservientes à **lógica dos signos**, do sistema de trocas que se opera no ato da comunicação. A partir deste ponto, Vilar dirige sua crítica à antropologia estrutural de Levi-Strauss.

Resultaria, porém, abusivo assimilar do mesmo modo a 'linguagens' as relações humanas que constituem o objeto das ciências com razão denominadas 'sociais', dado que estas ciências não estudam o homem em si mesmo, antes sim o homem em sociedade, em sociedades que, por seu turno, não são independentes da natureza; a economia, em particular, trata não só da produção, que é uma apropriação da natureza, mas também da troca e da distribuição de bens, um vez produzidos. E os bens não são signos (VILAR, 1985, p. 54).

Estrutura e mudança

O que, não obstante, nos interessa efetivamente é a passagem em que Vilar pensa a relação entre estrutura e história (VILAR, 1985, p. 62 et seq.). Ora, se Marc Bloch não errou em sua definição clássica, a história ocupa-se das sociedades humanas no tempo (BLOCH, 1996). Para que estas possam ser estudadas, é necessário poder exprimir suas respectivas relações internas por meio de um esquema estrutural. Acontece que as sociedades estão em permanente movimento, de modo que o historiador deve construir esquemas estruturais de funcionamento (de movimento, transformação, devir) para além de relações estáticas (estruturais), nos quais devem constar, mais do que tais ou quais estruturas existentes no mundo num determinado momento, as contradições, os conflitos, as tensões, que provocam as mudanças das estruturas, a que Vilar denomina **desestruturações** e **reestruturações**.

Os dois grandes modelos de história estrutural que Vilar indica são justamente aqueles que o identificam e o distinguem no cenário historiográfico francês: o da longa duração braudeliana e o marxismo. Neste, o conceito de estrutura segue atrelado ao de modo de produção.

O conceito legítimo de modelo estrutural aplicável em história, segundo Vilar, é aquele elaborado por Marx: o **modo de produção**, que deve ser entendido como

uma ‘estrutura que exprime um tipo de realidade social total’. Esta totalidade deve contemplar as relações quantitativas e qualitativas que regem os modos como os homens, por meio de seu trabalho, extraem da natureza os bens necessários às suas demandas, assim como as normas que regulam as relações dos homens entre si nesse processo de produção; e, por fim, as formas como os homens tomam consciência de si dentro desse mesmo processo (VILAR, 1985, p. 66).

O modelo estrutural persegue a **lógica interna do sistema**, “a qual permanece oculta na simples observação empírica, seja qual for, por um lado, a imagem empregada para expressar esta lógica oculta (‘armação’, ‘padrão’, ‘anatomia’, ‘rede de comunicação’) [...]” (ibidem). A questão que não quer calar é que a história é composta não só pela observação das estruturas estabelecidas, mas também pelas lutas, combates, insurgências dos homens **contra** a opressão de determinadas estruturas sociais. Dessa perspectiva, como então colocar na equação a questão da experiência?²²

O segundo grande modelo histórico estrutural é o da longa duração. Aqui, vale a pena seguir o raciocínio do seu próprio formulador.

Estrutura e duração

Braudel fixou os parâmetros da discussão em texto célebre sobre *A longa duração*, por demais conhecido para ser resgatado aqui em sua íntegra. Porém, cumpre evocar algo de sua significação histórica e de sua lógica interna (BRAUDEL, 1986).²³

O intróito evoca uma guerra de posições dentro das ciências sociais na década de 1950. Braudel proclama a existência de uma crise

²² Essa foi o desafio e a grande contribuição da história social inglesa, na qual sobressaem os trabalhos de Hobsbawm e, particularmente, de E. P. Thompson (1981, 1994 e 1998). Sobre a obra de Thompson, ver Kaye e McClelland (1990). Sobre o marxismo britânico, ver Kaye (1984) e Samuel (1984).

²³ Para uma aproximação à obra de Braudel, ver os anais das *Primeras Jornadas Braudelianas* (1993), com ensaios de Carlos Antonio Aguirre Rojas, Ruggiero Romano, Bolívar Echeverría, Immanuel Wallerstein, Paule Braudel e Maurice Aymard; e as *Segundas jornadas Braudelianas — Historia y Ciencias Sociales* (1995), com ensaios de Bernard Lepetit, Aguirre Rojas, Pierre Dockès, Jacques Revel, Aymard, Maaten Prak, Giovanni Levi, e Emiliano Fernández de Pinedo. Ver também Lopes (2003); Wallerstein (1983); Aguirre Rojas (2003).

geral das ciências do homem, esgotadas por seus próprios progressos. A questão é saber se elas teriam então capacidade para superar seus desafios. O maior deles situa-se em torno da definição das **fronteiras** disciplinares. Argumenta Braudel que a história, desde Marc Bloch e Lucien Febvre, cresceu a partir das alianças que fez com suas vizinhas. A *nouvelle histoire* é definida como o encontro da história com as ciências sociais — o qual variou ao longo do tempo: primeiro a geografia, depois a economia, a demografia, a sociologia, a própria lingüística, a antropologia cultural [...]. Nesse contexto, Levi-Strauss define a antropologia **estrutural** a partir dos processos da lingüística, da história **inconsciente** e do imperialismo das matemáticas sociais. É contra elas que Braudel, reverencial e estrategicamente, irá se lançar.

As querelas e disputas têm interesse, são férteis. Negar o inimigo pressupõe conhecê-lo previamente. Mais que isso, nessa guerra de territórios as ciências sociais pretendem impor-se umas às outras oferecendo um conceito mais consistente de **totalidade**, e acabam por invadir o território umas das outras. As aproximações dão-se por muitos caminhos, como acontecia nas *area studies* americanas.

De modo geral, porém, ponderava Braudel em seu texto seminal que as ciências sociais não se davam conta da revolução conceitual vivida na História **nos últimos 20 ou trinta anos** - ou seja, desde o surgimento dos *Annales*. E as ciências sociais não eram capazes de perceber as revoluções na história, em grande parte, em função da capacidade da história de lidar com um aspecto da realidade social que escapa às suas vizinhas:

[...] a duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só a substância do passado, mas também a matéria da vida social atual. Mais uma razão para sublinhar fortemente, no debate que se inicia entre todas as ciências do homem, a importância e a utilidade da história, ou melhor, da dialética da duração, tal e qual se desprende do ofício e da reiterada observação do historiador [...]. Quer se trate do passado quer se trate da atualidade, torna-se indispensável uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social para uma metodologia comum das ciências do homem [...] (BRAUDEL, 1986, p. 9).

Os historiadores se formaram aprendendo, importando conhecimentos dos cientistas sociais vizinhos. Braudel suspeita que talvez tivesse chegado o tempo de lhes retribuir com uma novidade: “Uma

noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo, vai abrindo caminho a partir das experiências e das tentativas recentes da história” (Idem, p. 10 ss). Braudel demonstra como se deu a ruptura com o tempo breve, do acontecimento, a partir da história econômica e social, que se voltou para o estudo do tempo médio da economia de mercado. Tal ruptura não implicou uma negação total do tempo breve, mas sim, num redimensionamento de sua importância, em favor da história econômica e social e em detrimento da história política. Essa mudança de orientação implicou em verdadeiras revoluções teórico-metodológicas, como demonstrara José Carlos Reis (1996 e 1994); em um conjunto de revoluções fundado na renovação radical do tempo histórico tradicional: não mais os acontecimentos do tempo breve, mas as conjunturas e os ciclos do tempo médio, para analisar, por exemplo, as curvas gerais nos movimentos dos preços ou das taxas de natalidade ou mortalidade. A história sai em busca das explicações. Aí, seguem-se vários exemplos, com destaque para o obra de Ernest Labrousse.

Faltava, porém, para Braudel, chegar ao cerne da questão. Para além do tempo da economia e da sociedade, buscar a longa duração, onde jazem as estruturas. A economia e a sociedade, que desvelam tendências conjunturais, não são mais que introduções à história de longa duração, uma primeira chave para ela.

A segunda, muito mais útil, é a palavra estrutura. Boa ou má, é ela que domina os problemas da longa duração. Os observadores do social entendem por estrutura uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais os homens e suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os

enquadramentos mentais representam prisões de longa duração (BRAUDEL, 1986, *passim*).

O exemplo que evoca é, como sempre, aquele que nos dá também Charles Mozaré: a geografia. Segundo Mozaré, a historicidade se manifesta nos acontecimentos e estes podem ser das mais variadas espécies. Os acontecimentos naturais são diferentes dos acontecimentos humanos e uns incidem sobre os outros. Mozaré (1970) pensa, como Elias²⁴, na longuíssima duração, que o **homem** é uma casualidade na evolução natural.

O acontecimento humano, tipo particular de fenômenos próprios à natureza toda, se situa completamente nos últimos tempos de uma imensa duração evolutiva que zomba de milhões de anos mais facilmente do que nós fazemos com decênios (MOZARÉ, 1970, p. 46 et seq.).

Nessa longuíssima duração, o surgimento da espécie humana seria um acontecimento breve e recente. Independentemente do homem, a natureza é suscetível de seus próprios acontecimentos, que incidem na vida humana, como os acontecimentos climáticos, por exemplo:

Em perspectiva de duração bastante longa, quase não se pode negar a existência de insidiosas modificações de condições meteorológicas e, conseqüentemente fitológicas que, a longo prazo, repartem de outra forma a fecundidade ou a miséria. Tais mudanças são também acontecimentos, muito

²⁴ Em poucos momentos de sua vasta obra Elias se remete a um conceito específico, o de **biogênese**, que se refere a formas de integração daquilo que aprendemos a chamar de **natureza**, ao lado dos mais conhecidos de **sociogênese** e **psicogênese**, processos de integração dos grupos humanos que desaguarão nas atuais instituições e estruturas psíquicas que constituem as atuais sociedades humanas. Elias Demonstrou como as ciências evoluíram em seus campos particulares de investigação, não havendo, contudo, uma renovação epistemológica correspondente. Assim, ainda hoje muitos cientistas se apóiam num modelo da Física cuja representação da natureza - seja no plano astronômico seja no molecular - é estática, com regularidades que podem ser enunciadas em **leis** eternas. A formulação de processos de síntese, de integração e desintegração, por exemplo, da busca da compreensão da gênese e evolução dos corpos celestes a partir de um Big-Bang - que pressupõe a concepção de um universo em expansão - fez a física astronômica, desde Hubble, lançar-se à explicação da evolução através da síntese, onde antes, na mecânica newtoniana, só era permitido um conhecimento descritivo. Seus *Pensées sur la grande évolution*. In: Elias (1993b, p. 177 a 254).

desdobrados, que provocam lentas migrações ou modificações de horizontes de trabalho; há mormente traço delas nas lendas que resumem séculos, nos mitos como o do dilúvio (MOZARÉ, 1970, p. 49).

Aqui adentramos num território já bem conhecido, justamente aquele por onde caminhou Braudel. Território onde a geografia, a influência exercida pelo poderio geológico e cósmico sobre o destino coletivo dos homens, é o que define a localização das planícies e os relevos, os recursos do solo e do subsolo. Tudo isso afeta os dinamismos da ação humana coletiva na conquista de suas paisagens - e não deixa de se constituir em acontecimentos, embora, dada a nossa formação, não estamos treinados para entendê-los como tais. Além das condições físicas, a natureza interfere nas variações coletivas da saúde — outra forma de acontecimento natural que influencia decisivamente a vida humana. Tudo isso era o que principalmente instigava Braudel.

Voltando ao texto clássico de Braudel sobre **a longa duração**, ali o homem surge como prisioneiro de determinismos naturais; nesse equilíbrio se forjam as civilizações. Então, Braudel aponta para o grande desafio dos historiadores: para avançar no conceito de longa duração, seria necessária uma mudança de atitude, a aceitação de uma nova concepção do social, assente na idéia de um tempo quase no limite da (i)mobilidade. Mas a questão fundamental reside em aceitar a determinação da longa duração sobre todas as demais temporalidades.

Todos os níveis, todos os milhares de níveis, todos os milhares de fragmentações do tempo da história, se compreendem a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gravita em torno dela (BRAUDEL, 1986, p. 14).

São muitos os autores que estudaram a obra de Braudel destacando sua novidade, suas contribuições e seus problemas. François Dosse, tanto quanto Paul Ricouer, por exemplo, lembra que uma questão fundamental para Braudel é que não dá para simplesmente **escolher** uma temporalidade e desprezar as demais. Elas devem ser pensadas em interação. O problema é que o próprio Braudel jamais conseguiu fazer isso, do que é exemplo seu magistral **Mediterrâneo**, onde as três partes que constituem o livro aparecem simplesmente superpostas, sem que haja uma articulação lógica ou narrativa entre elas (BRAUDEL, 1976).

Considerações derradeiras sobre acontecimento e estrutura

Para fechar esta discussão sobre estruturas, resgatando as provocações iniciais que as enlaçam aos acontecimentos, apóio-me basicamente nas reflexões de R. Koselleck, sumarizadas num texto seminal sobre a questão da relação entre acontecimento e estrutura, que os aborda no contexto teórico da narrativa histórica (KOSELLECK, 1993, p. 141 *et seq.*).

O que mais me atrai nesse texto é que Koselleck distingue dois planos de percepção do problema: um ontológico e um gnosiológico. Para o autor, estruturas e acontecimentos possuem uma existência inegável, embora diferenciada, no plano da realidade, o que faz com que exijam duas maneiras de ser no plano do conhecimento.

Em primeiro lugar, os acontecimentos, que são estabelecidos *post facto* na sucessão infinita do tempo, podem ser percebidos pelos contemporâneos que os vivem como um contexto, uma unidade de sentido passível de se expor de forma narrativa. Em princípio — aqui lembrando muito as formulações de Mozeré sobre o **acaso** —, a coincidência de diversos fatores na constituição de um acontecimento obedece primeiramente a uma cronologia natural. A trama dos acontecimentos ao longo do tempo é tal que, em sua observação, chega-se sempre e inevitavelmente a um **limite para a divisão** dessas unidades de sentido que constituem o acontecimento. A situação do acontecimento no curso do tempo, que se define de modo eminentemente relacional, ao definir as noções de anterioridade e de posterioridade, permite chegar à **unidade de sentido** que constitui um acontecimento no fluxo do tempo. Sempre segundo Koselleck, o que é anterior e posterior na constituição do acontecimento pode variar ou inclusive ampliar-se; de qualquer modo, o **substrato** daquilo a que chamamos acontecimento está sempre relacionado à sua situação no curso do tempo, como também à sua percepção pelos que o experimentam enquanto tal.

Não obstante, essa cronologia natural, essa ressituação do acontecimento no decurso temporal, por si mesma não lhe atribui uma qualidade ou caráter de **histórico**. Sempre segundo Koselleck, para se investigar uma cronologia histórica — e para atribuir sentido histórico aos acontecimentos — é preciso elaborar sua **estruturação**. Por isso se pode falar de uma **estrutura diacrônica**. Aqui, o autor chega aos conceitos de estrutura e de história estrutural. Numa formulação muito próxima à de Braudel, para Koselleck, podem ser concebidas como

estruturas aqueles contextos temporais não perceptíveis no decurso estrito dos acontecimentos, ou seja, aqueles que fogem à consciência dos sujeitos históricos que os vivenciam. Concordando com outros autores, como o próprio Braudel e K. Pomian, Koselleck propõe que as estruturas indicam permanência, maior continuidade, invariância; ou mudança, mas a prazos mais dilatados. As categorias do médio e do longo prazo sintetizam de forma mais clara aquilo que no século XIX se concebia como **condições**, ou o que hoje alguns, como Thompson (1981), chamam de **circunstâncias** — ou o que Braudel definiu como **limites** da ação humana. Foi a essa estratificação do decurso temporal do longo prazo, tendente à significação do estático, das **prisões do imóvel**, que a historiografia de meados do século XX batizou de **história estrutural**.

Se a cronologia, o estabelecimento do que é anterior e posterior no decurso temporal, é fundamental para a exposição narrativa dos acontecimentos, ela perde totalmente o significado, torna-se conceitualmente inócua, quando se trata da descrição das estruturas no longo termo. Uma das características da história estrutural, além da desaceleração do tempo histórico, foi ter descentrado o homem em favor das massas humanas²⁵; de forma que, na proposição de uma história estrutural, o foco desvia-se da ação de sujeitos conscientes para as formas de organização, as forças produtivas e as relações de produção; as relações das sociedades com o meio-ambiente, as formas inconscientes de comportamento; os costumes e sistemas jurídicos e assim por diante.

Deixando-se de lado a questão de como estruturas se relacionam entre si, Koselleck propõe que, em geral, as constantes temporais das estruturas apontam para além do âmbito cronologicamente registrável da experiência dos participantes de um acontecimento. Enquanto os acontecimentos são produzidos ou sofridos por sujeitos determináveis, nomináveis, as estruturas serão sempre supra-individuais e intersubjetivas. Esse é o motivo pelo qual de sua ação decorrem sistematicamente determinações funcionais sobre grupos sociais inteiros. Assim, as estruturas não se convertem em magnitudes extratemporais, antes adquirem com frequência um caráter processual, desse modo determinando as experiências do acontecer cotidiano, ou ao menos nelas interferindo.

Enquanto experiência do devir, tanto os acontecimentos como as estruturas convertem-se em objetos - diversos e complementares do

²⁵ Reis (1996b); Reis (1996a); Reis (1994); Dosse (1994); Lopes (2003).

conhecimento histórico. Em geral, “a representação de estruturas se aproxima mais da descrição; a representação dos acontecimentos se aproxima mais da narração” (KOSELLECK, 1993, p. 145). Os dois planos, o de acontecimentos e o de culturas, remetem-se mutuamente um ao outro, sem que um seja parte do outro. Mais ainda, a depender do objeto de investigação, ambos os planos intercambiam seu valor posicional. Por exemplo, as séries estatísticas demarcadas ao longo de um decurso temporal se nutrem de acontecimentos concretos e individuais que possuem seu próprio tempo. Mas essas séries estatísticas não se podem enunciar enquanto estruturas senão no contexto dos prazos longos. A narração e a descrição se encaixam ali onde o acontecimento se converte em pressuposto de enunciados estruturais.

‘As estruturas mais ou menos permanentes, no prazo longo, são condições para os possíveis acontecimentos’. Que uma batalha possa liberar-se nos três atos do *veni, vidi, vici*, pressupõe determinadas formas de domínio, disposição técnica sobre as circunstâncias naturais, pressupõe uma situação assimilável da relação amigo-inimigo, etc, ou seja, ‘estruturas que pertencem ao acontecimento dessa batalha, que formam parte dela na medida em que a condicionam’. A história de uma batalha única, da qual Plutarco informa apoditicamente, possui, pois, dimensões de diferente extensão temporal contidas na narração ou na descrição e que se estendem ‘antes’ de que se reflita sobre o resultado que confere ‘sentido’ ao acontecimento da batalha. ‘Portanto, trata-se de estruturas in eventum, sem prejuízo do problema hermenêutico de que seu significado se converte em algo concebível apenas *post eventum*’. Aqui as estruturas são os motivos gerais de Montesquieu, que tornam possível que uma batalha possa chegar a ser também decisiva para a guerra, devido à contingência de seu acontecer (KOSELLECK, 1993, p. 146, grifo do autor).

Em relação aos acontecimentos individuais, existem *condições estruturais* que possibilitam o transcurso de um acontecimento, que permitem a um determinado acontecimento **acontecer**. A forma por excelência de referência a tais estruturas é a descrição; porém, tais estruturas podem vir a compor o contexto narrativo, se seu resgate vier a contribuir para o esclarecimento dos acontecimentos.

A **permanência**, a invariância, a inércia, por sua vez, podem converter-se também em acontecimento no ato da escrita histórica! Conforme a perspectiva, as estruturas podem introduzir-se como um

complexo particular no contexto de acontecimento maior. Uma vez analisadas e descritas, explica Koselleck, as estruturas podem ser narradas, por exemplo, como fator de contextos envolventes de acontecimentos. O caráter processual da história deve ser concebido a partir da **reciprocidade** dessas perspectivas: os acontecimentos ante as estruturas, e vice-versa. De qualquer modo, fica clara em Koselleck a pressuposição de uma **realidade histórica ontológica**, complexo de acontecimentos e estruturas, à qual adere a narrativa.

Não obstante sua minuciosa teorização, uma questão permanece pendente para Koselleck, uma **aporia metódica** que impede a interpolação de acontecimentos e estruturas.

Existe um hiato entre ambas magnitudes porque não se pode forçar a congruência a suas extensões temporais, nem na experiência nem na reflexão científica. O cruzamento do acontecimento e da estrutura não deve levar a que se desvançam suas diferenças se, por outra parte, hão de conservar sua finalidade cognoscitiva de tornar patente a diversidade de níveis de qualquer história (KOSELLECK, 1993, p. 147).

Assim, ao disporem-se metodicamente os modos de representação *vis-a-vis* os decursos temporais que a eles se referem, no **âmbito dos objetos** da história, chega-se a uma tripla derivação teórica: primeiro, por mais que se condicionem mutuamente, os planos temporais não se fundem nunca; segundo, um acontecimento pode alcançar um significado estrutural, assim como — terceiro — a **duração** pode converter-se ela mesma em acontecimento. Mas então, como se dará a passagem de um plano a outro?

Para Koselleck, seria um equívoco defender uma maior **realidade** aos acontecimentos do que às estruturas só porque os acontecimentos, no curso concreto do acontecer, permanecem aderidos ao antes e ao depois que se efetuam empiricamente na cronologia natural.²⁶ Não é incomum

²⁶ Aqui é possível uma analogia à análise que faz Elias sobre a relação indivíduo/sociedade, quando observa o equívoco do senso comum em atribuir uma maior **realidade** ao indivíduo, ao qual se pode apontar, do que para a sociedade, que seria uma abstração teórica. Elias aponta para a necessidade de superação de nossa aparelhagem cognitiva, que tende a apoiar-se nesses binômios bipolares como sujeito/objeto, natureza/cultura, corpo/alma, indivíduo/sociedade, e para a necessidade de formulação de teorias complexas que voltem a integrar aquilo que nunca foi separado (ELIAS, 1993a).

no exercício do conhecimento histórico a estratégia de mudar os planos de demonstração para fazer derivar um a partir do outro; porém, por meio da mudança no plano temporal, mediante a passagem do acontecimento à estrutura e vice-versa, não se resolve o problema da derivação:

A fundamentação válida, a definição da melhor perspectiva, ‘só se pode decidir a partir de uma antecipação teórica’. Quais são as estruturas que fixam o marco para as possíveis histórias particulares? Que dados se convertem em acontecimentos, que acontecimentos se fundem no curso da história passada? (KOSELLECK, 1993, p. 149, grifo do autor).

Corresponde à historicidade de nossa ciência que essas questões não possam ser reduzidas a um denominador comum; esclarecer seus planos temporais deve ser uma prescrição metódica. Os acontecimentos e as estruturas são igualmente **abstratos** e **concretos** para o conhecimento histórico, dependendo do plano temporal em que se mova a análise. Daí que, para Koselleck (1993, *passim*) “estar a favor ou contra a realidade passada não seja uma alternativa para o historiador”.

A questão da representação de acontecimentos e estruturas, que não são mais que formas de percepção e realização temporal do mundo histórico, ou, em outras palavras, a questão de como os historiadores constroem narrativamente experiências humanas historicamente determinadas, conduz ao terceiro elemento substantivo da relação acontecimento/estrutura/tempo, que é sua necessária formulação narrativa. A relação que as representações do tempo guardam com as efetivas experiências do tempo é o núcleo da reflexão que a confrontação teórica entre estrutura e acontecimento necessariamente faz ocorrer. Mas esta é outra matéria e escapa aos propósitos deste ensaio.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE ROJAS, C. A. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Trad. Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.
- AGUIRRE ROJAS, C. A. Fernand Braudel e as ciências humanas. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2003.
- ALTHUSSER, L. Reply to John Lewis. In: _____. *Essays in self criticism*. Londres: New Left Books, 1976.

- ANDERSON, P. Estrutura e sujeito. In: _____. *A crise da crise do marxismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ANDERSON, Perry. Estrutura e sujeito. In: _____. *A crise da crise do marxismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 37-64.
- ANDERSON, P. *The origins of postmodernity*. London: Verso, 1998.
- BARTHES, R. Saussure, le signe, la démocratie. In: _____. *L'aventure sémiologique*. Paris: Le Seuil, 1985. p. 241-242.
- BAUDRILLARD, J. *Esquecer Foucault*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- BLOCH, M. Apología para la historia o el oficio de historiador. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- BRAUDEL, F. A longa duração. In: _____. *História e ciências sociais*. Trad. Rui Nazaré. Lisboa: Presença, 1986.
- BRAUDEL, F. El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BURKE, P. *História e teoria social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Unesp, 2002.
- BURY, J. B. *The idea of progress: an inquiry into its origin and growth*. London: Macmillan & Company, 1920.
- CALLINICOS, A. *Althusser's Marxism*. Londres: Pluto Press, 1976.
- CALLINICOS, A. *Theories and narratives: reflections on the philosophy of history*. London: Polity Press, 1995.
- CAPELATO, M. H. R.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A escola uspiana de história. In: CAPELATO, M. H. R. (Org.). *Produção histórica no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 15-26.
- CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- CARDOSO, C. F. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CHILCOTT, J. H. Structural functionalism as a heuristic device. *Anthropology & Education Quarterly*, Washington, DC, v. 29, no. 1, p. 103-111, Mar. 1998.

COLE, D. *Franz Boas: the early years: 1858-1906*. Vancouver: Douglas and McIntyre, 1999.

CORDEIRO JUNIOR, R. B. *Lucien Febvre: combates por uma nova história: considerações sobre um projeto historiográfico*. 2000. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

COSTA LIMA, L. *Estruturalismo e teoria literária: introdução às problemáticas estética e sistêmica*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

DESCOMBES, V. O momento francês de Nietzsche. In: FERRY, L.; RENAULT, A. (Ed.). *Porque não somos Nietzscheanos*. São Paulo: Ensaio, 1993.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1993.

DOSSE, F. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1989.

EAGLETON, T. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EAGLETON, T. *The illusions of postmodernism*. Oxford: Blackwell, 1996.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1993a.

ELIAS, N. Pensées sur la grande évolution. In: _____. *Engagement et distanciation: contributions à la sociologie de la connaissance*. Tradução de Michèle Hulin. Paris: Fayard, 1993b.

ELIAS, N. Sociology of knowledge: new perspectives: part one. *Sociology*, Oxford, v. 5, no. 2, p. 149-168, 1971a.

ELIAS, N. Sociology of knowledge: new perspectives: part two. *Sociology*, Oxford, v. 5, no. 3, p. 355-370, 1971b.

FERRY, L.; RENAULT, A. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988.

FURET, F. Os intelectuais franceses e o estruturalismo. In: _____. *A oficina da história*. Trad. Adriano D. Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1967. p. 41-57.

HELLER, A. *Teoria de la historia*. 5. ed. Trad. Javier Honorato. México: Fontamara, 1997.

IGGERS, G. *Historiography in the 20th century*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.

- JACKNIS, I. The first boasian: Alfred Kroeber and Franz Boas, 1896-1905. *American Anthropologist*, Washington, DC, v. 104, no. 2, p. 520-532. Jun. 2002.
- JAKOBSON, R. Franz Boas' approach to language. *International Journal of American Linguistics*, New York, v. 10, no. 4, p. 188-195, Out. 1944.
- KAYE, H. J. *The British marxist historians*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- KAYE, H. J.; MCCLELLAND, K. E. P. *Thompson: critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.
- KOSELLECK, R. *Futuro pasado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Trad. Norberto Smilg. Barcelona: Paidós, 1993.
- LEVI-STRAUSS, C. The structural study of myth. *The Journal of American Folklore*, Boston, v. 68, n. 270, p. 428-444, 1955.
- LEWIS, H. S. The passion of Franz Boas. *American Anthropologist*, Washington, DC, v. 103, no. 2, p. 447-467, Jun. 2001.
- LICHTHEIM, G. Sartre, marxism and history. *History and Theory*, Middletown, v. 3, no. 2, p. 222-246, 1963.
- LOPES, M. A. (Org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MALERBA, J. *A história e seus discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico*. Juiz de Fora: Locus, 2007. No prelo.
- MALERBA, J. Para uma teoria simbólica: conexões entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- MALERBA, J. Pensar o acontecimento. *História Revista*, Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 117-150, jan./dez. 2002.
- MALERBA, J. Teoria e história da Historiografia. In: _____. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-26.
- MANN, H. *Lucien Febvre: la pensée vivante d'un historien*. Paris: Armand Colin, 1971.

- MARKOWÁ, I. Towards an epistemology of social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, Oxford, v. 2, no. 26, p. 177-196, 1996.
- MASTROGREGORI, M. *Il genio dello storico: le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese*. Nápoles: Edizione Scientifiche Italiane, 1987.
- MEGILL, A. *Prophets of extremity: Nietzsche, Heidegger, Foucault, Derrida*. Berkeley: University of California, 1987.
- MERQUIOR, J. G. *Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MOZARÉ, C. *A lógica histórica*. São Paulo: Difel, 1970.
- MOZARÉ, C. Lucien Febvre et l'histoire vivante. *Revue Historique*, Paris, v.81, 1957.
- POMIAN, K. A história das estruturas. In: LE GOFF, J. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- POMIAN, K. *El orden del tiempo*. Barcelona: Júcar, 1990.
- POSTER, M. *Cultural history and postmodernity*. New York: Columbia University Press, 1997.
- POSTER, M. *Existential marxism*. Princeton: Princeton University Press, 1976.
- POSTER, M. *Sartre's marxism*. Londres: Pluto Press, 1979.
- PRADO, M. L. C.; CAPELATO, M. H. R. Al'origine de la collaboration universitaire franco-brésilienne: une mission française à la Faculté de Philosophie de São Paulo. *Prefaces*, n. 14, jul./set. 1989.
- Primeras jornadas braudelianas, 1993, México. *Resumos...* México: Instituto Mora, 1993.
- REIS, J. C. A história entre a filosofia e a Ciência. São Paulo: Ática, 1996a.
- REIS, J. C. *Annales: a renovação da história*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, 1996b.
- REIS, J. C. *Nouvelle histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.

- RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília, DF: UnB, 2001.
- SAHLINS, M. *Esperando Foucault, ainda*. Trad. Marcela C. de Souza e Eduardo V.de Castro. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SAMUEL, R. *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Critica, 1984.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Tradução de A. Chelini, J. P. Paes e I.Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.
- Segundas jornadas Braudelianas: Historia y Ciencias Sociales, 1995, México. *Resumos...* México: Instituto Mora, 1995.
- STOCKING JR., G. W. Franz Boas and the culture concept in historical perspective. *American Anthropologist*, Washington, DC, v. 68, no. 4, p. 867-882, Ago. 1966.
- THOMPSON, E. P. *Making history: writings on history and culture*. New York: The New Press, 1994.
- THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- VILAR, P. Iniciação ao vocabulário da análise histórica. Lisboa: Sá da Costa, 1985.
- WALLERSTEIN, I. et al. *Open the social sciences*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- WALLERSTEIN, I. Braudel, los annales y la historiografía contemporánea. *Historias*, Mexico, n. 3, 1983.
- WAUGH, L. R.; MONVILLE-BOURSTON, M. (Ed.). *Roman Jakobson on language*. Cambridge: Harvard UP, 1990.